

O que acontece quando você conta a história de outra pessoa?

Alexis Wright

Tradução de Myllena Lacerda¹
Universidade Federal de Santa Catarina

Nota de tradução (N.T.)

O ensaio “What Happens When You Tell Somebody Else’s Story?” foi originalmente publicado em 2016, na revista australiana *Meanjin*. A publicação deste texto em língua portuguesa foi autorizada por Alexis Wright, em outubro de 2023, a quem agradeço profundamente. Também registro meu muito obrigada a Ivor Indyk, da editora Giramondo, cuja atenção e disponibilidade foram de imensa ajuda.

O que acontece quando você conta a história de outra pessoa?

Durante os vários anos pesquisando histórias em todo o mundo e nas minhas próprias comunidades, algo que sempre senti ser necessário para entender como ser útil no meu trabalho — inclusive como escritora —, fiquei mais intrigada sobre o que afetaria minha habilidade de contar histórias que pudessem ser aceitas em qualquer lugar do mundo.

Tem sido o trabalho de uma vida inteira me tornar cada vez mais consciente de como outras pessoas contavam histórias em nome do povo aborígine na Austrália e como as histórias são usadas em campanhas em busca de certos objetivos. Acho que seria justo dizer que somos a consciência inquietante do país e geridos por seus agentes de poder mais poderosos por meio de uma narrativa nacional. Vi as consequências dessa mudança de narrativa negativa nas nossas comunidades e no trabalho árduo de toda uma vida realizado pelo nosso povo para lutar contra cada tendência política de criar histórias.

Eu sabia que o estilo e a intenção da narrativa nacional sempre seriam um dos maiores desafios que enfrentaria como escritora. Todos nós somos, coletivamente, os herdeiros e produtores da psique nacional, e eu queria saber como seria afetada por isso. A maneira como este país molda seu povo permaneceria em minha mente de forma

¹ Doutoranda em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina, com bolsa Capes. Mestre em Estudos da Tradução (2020) e bacharel em Letras/Tradução Inglês (2017), ambos pela Universidade de Brasília. E-mail: myrlacerda@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0092-3249>

constante enquanto tentava contar histórias sobre quem somos, como vemos o mundo, o que nosso solo tradicional significa para nós e nossos desejos e ambições. A nuvem está sempre presente.

O povo aborígene não tem controlado as histórias que outras pessoas contam sobre nós. A questão, então, era: como eu deveria ser uma escritora aborígene quando as histórias que eram contadas nacionalmente sobre nós moldariam e influenciariam o que eu posso fazer como autora? Queria explorar o que acontecia na nossa imaginação e nos nossos esforços criativos quando escrevemos sob a nuvem daqueles que nos temem e que instilam seu medo em nós. Por que eu escrevo? E por que escrevo o que escrevo? Essas são perguntas que desejava explorar ao tentar criar histórias de forma mais autêntica; por outro lado, me perguntava: será que estou apenas contando histórias às quais fui condicionada a contar pelas histórias que outras pessoas contam sobre nós? Como eu libertaria minha mente para escrever de forma diferente?

Quando o assunto é como nossas histórias são contadas, supostamente em nosso nome, ou para nosso interesse ou suposto benefício, nunca houve um patamar de igualdade. Não temos muita oportunidade de dizer o que é certo ou errado sobre as histórias contadas em nosso nome — quais são contadas ou como são contadas. Isso simplesmente acontece e tentamos lidar com as repercussões. Acho que, muitas vezes, acreditamos ser inútil aceitar o fluxo interminável de pontos de vista de outras pessoas sobre nós que surgem na mídia, ou nos esforçamos para reverter cada nova tendência narrativa, quase sempre negativa. A verdade é que simplesmente nos tornamos um assunto para outras pessoas nas histórias que elas contam e pagamos o alto preço de suas brincadeiras tolas com o senso de identidade aborígene, direcionada à destruição do nosso conhecimento e convicção dos nossos direitos, no intuito de nos fazer questionar nossas próprias verdades e nosso tempo.

Tolice é outra palavra para estupidez e, em geral, essa tem sido a narrativa nacional sobre o povo aborígene, porque a conclusão nunca mudou. A trama sempre teve um único resultado: corroer a crença dos aborígenes na soberania, na autogovernança e nos direitos territoriais, mesmo quando chegou ao ponto em que a maioria dos aborígenes foi silenciada ou se sentiu sobrecarregada demais para continuar lutando. Basta observar os anos em que era impossível sequer mencionar as palavras tratado, soberania ou até mesmo direitos territoriais sem criar uma enorme repercussão negativa na mídia. O termo “título nativo”² era inexistente no léxico nacional da Austrália até a década de 1990, quando Eddie Mabo rejeitou o termo comumente aceito de *terra nullius* — terra vazia em uma colônia branca.

² (N.T.) Títulos nativos ou *native titles*, em inglês, são os direitos à terra reconhecidos pela lei australiana a grupos ou indivíduos aborígenes ou das Ilhas do Estreito de Torres.

Vi em primeira mão o impacto vergonhoso e nocivo que muitas histórias públicas tiveram sobre nosso povo durante um longo período de tempo. Fomos encurralados pela psique australiana, seu medo do outro. É de conhecimento geral que estamos sendo pressionados por este país a nos assimilar, a abandonar nossa cultura em prol da sobrevivência. Isso foi confirmado em uma pesquisa recente realizada pela nação Larrakia, no Top End³, junto à Universidade de Sydney e a Universidade da Tasmânia, com centenas de aborígenes em Darwin. Uma ex-pesquisadora-chefe da nação Larrakia, Penny Taylor, observou que aborígenes ouvem muito sobre si mesmos da população não indígena: “Eles dirigem os jornais, estão ao vivo, há políticos que estão se manifestando, mas não ouvimos muito da própria população indígena”.

Grande parte do nosso povo continua a ser tratado como cidadãos de terceira classe em todos os aspectos de suas interações diárias com pessoas brancas, desde os motoristas de ônibus que continuam dirigindo porque veem negros⁴ no ponto de ônibus, até o assédio da polícia e o excesso de prisões em um Território do Norte superpoliciado, ou o tratamento brutal de nossas crianças, como vimos no Centro de Detenção Juvenil Don Dale⁵, em Darwin. Não podemos escolher um futuro de independência cultural enquanto o ônus sobre a vida dos aborígenes aumenta devido à contínua recusa de centenas de milhões de dólares anuais, durante décadas, pelos acordos de gestão do Território do Norte. Faça sua escolha. Todas as estatísticas estão ligadas à narrativa nacional, à criação de histórias, à forma como as histórias são contadas, sempre no intuito de manter o *status quo*.

Já vi como as histórias foram manipuladas para alcançar determinados resultados políticos, por exemplo, aquelas histórias que pretendem brincar com o senso de identidade aborígene — que impõem um senso de autocensura, vergonha e atrito na própria comunidade; ou histórias superficiais que visam criar uma imagem negativa do povo aborígene com o objetivo de moldar uma perspectiva nacional de aceitação para alcançar resultados políticos — pense na Intervenção no Território do Norte⁶.

³ (N.T.) Top End é o ponto mais extremo na parte superior do Território Norte. Nessa região, encontram-se os três principais centros urbanos do Território Norte, Darwin, Palmerston e Katherine.

⁴ (N.T.) No inglês, *blackfellas*, e, em tradução livre para o português, algo como sujeitos negros. Na Austrália, o termo é usado para se referir especificamente aos indígenas, em especial os aborígenes. Historicamente, era usado de forma pejorativa durante a colonização do território australiano pelos europeus, no entanto, desde os anos 1970, um movimento liderado por ativistas tem subvertido a palavra, que passou a ser usada pelas comunidades indígenas como forma de (auto)referenciação aos aborígenes australianos.

⁵ (N.T.) Em 2016, ano da publicação do ensaio, a emissora televisiva ABC divulgou um programa investigativo que expôs abusos e torturas sofridos por crianças em Don Dale, incluindo o uso de cadeiras de contenção, gás lacrimogêneo e isolamento. Em 2019, um relato publicado pelo jornal *The Guardian*, indicou que todas as crianças presas no Território Norte eram aborígenes.

⁶ (N.T.) De 2007 a 2012, a Resposta à Emergência Nacional do Território do Norte, também conhecida apenas como Intervenção, foi um conjunto de medidas legais impostas pelo governo do primeiro-ministro australiano John Howard que afetou o Território do Norte e, conseqüentemente, a população de maioria

Enquanto desenvolvia meu interesse na maneira como as histórias são contadas, pareceu-me que o objetivo de muitas das histórias criadas direta ou indiretamente pelo governo, pelos políticos e pela mídia, ou por pessoas que acreditavam saber o que era melhor para nós, tinham apenas uma motivação política de dominar o povo aborígene, sensacionalizar, utilizar e perpetuar o racismo subjacente às mentiras históricas sobre este país e, portanto, manter uma ideologia nacional que reforçaria continuamente ao povo aborígene: nós controlamos vocês.

Em geral, os meios de comunicação só seguiram aquilo considerado de interesse do público, o sensacionalismo do racismo, o idioma no qual os australianos dizem o que querem dizer sobre o povo aborígene, em vista do sentimento entendido de forma ampla, criado e mantido historicamente: que eles (aborígenes) deveriam ser como nós, australianos e brancos, querendo dizer que eles (aborígenes) não deveriam ser como eles mesmos nem negros, que não deveriam ser como um aborígene. Muitas vezes, os artigos da mídia citam trabalhadores não aborígenes, mas não pessoas aborígenes sobre as quais estão escrevendo. Em qual posição ficam os aborígenes? Sem palavras? Continuamos a ser vistos com uma visão racializada, treinada por uma longa tradição centrada na supremacia branca, no paternalismo e na assimilação. Nossa parte neste legado é sermos as pessoas que sempre precisarão de cuidado, sempre precisarão de orientação, educação, treinamento e, acima de tudo, precisarão ser controladas.

Eu sabia que não estávamos no comando da história nacional sobre o povo aborígene quando outras pessoas precisaram criar narrativas para o diorama no qual deveríamos existir, de como seríamos visíveis aos olhos da Austrália. Imagine as décadas. A história engendra a história, engendra mais da mesma história... Imagine o resultado. A grande consciência psicótica da Austrália agora também se alastrava na mente dos aborígenes. O veneno. A luta. O dano. A vergonha. A luta meticulosa para ser... Esse é o peso que se infiltra em tudo que tentamos fazer, o fardo em toda a criatividade, a deficiência na visão.

Poucas melhoras ocorreram no estado de sofrimento dos aborígenes decorrente das poderosas influências exercidas e aplicadas pelas histórias contadas na arena pública, as quais foram impingidas ao domínio aborígene por meio de políticas governamentais como a Intervenção. As políticas afetadas por essas histórias passaram, mas as histórias permaneceram tão negativas como nunca. Pareceu-me que o controle físico e a invasão

indígena. A Intervenção foi implementada após um relatório comissionado pelo governo, o *Little Children Are Sacred* [Crianças são sagradas], reportar um alto número de casos de abuso sexual de crianças aborígenes no território. O governo, então, aumentou o policiamento, restringiu o consumo de álcool, limitou os auxílios de assistência social e afetou aspectos ligados a serviços de saúde e educação.

psicológica do povo aborígene continuaram da forma como começaram, a partir das narrativas racistas contadas sobre o povo aborígene desde o início da colonização há dois séculos. É esse estilo de história que continua a invadir todos os sentidos de soberania e resistência aborígene. Jamais houve um bom momento para um aborígene arriscar sair da rede de segurança do nosso próprio mundo.

Se você alguma vez pensou no porquê de a Austrália não ser capaz de lidar com a verdade do seu passado, é porque continuamos nesta guerra mútua de contar histórias. E o lado que se considera o grande vencedor em manter os aborígenes controlados está desfrutando demais da guerra e viciado demais no poder de criar e manter as condições de aprisionamento por meio de histórias negativas sobre os aborígenes para se interessar em mudar a história. Há inúmeras distrações que mantêm as mentes aborígenes ocupadas, por exemplo, se deve ou não haver reconhecimento na Constituição, e o que deveria ser dito? Há quantos anos temos sido conduzidos por outras pessoas na intenção de nos manter ocupados?

No pináculo da Austrália há um lamento, o princípio que une este país. A Austrália vê o povo aborígene como o problema há tempos — desde o primeiro dia, no cerne da nossa história colonial combinada. O lamento só significa medo uns dos outros. O medo de que não podemos ter mudanças demais no tipo de pensamento do *status quo*, porque isso tornaria o lugar realmente assustador e não teríamos mais nada do que reclamar, e depois? Tudo seria desfeito. E quem quer ficar se debatendo sem ter do que se queixar, ou precisando competir com ideias, ou mesmo precisando trabalhar com uma visão da perspectiva aborígene?

Por sua vez, o povo aborígene convive com as narrativas das políticas governamentais, como a Intervenção ou o *Closing the Gap*⁷, conquanto nos consideremos inteligentes por aprender a apropriar a última frase, tema ou tendência da moda para desviar a atenção do sofrimento pessoal, comunitário e familiar que foi criado, ao mesmo tempo em somos jogados de um lado a outro em diferentes direções políticas. Essa é a guerra narrativa dos valentões, e você precisa saber como lutar no ringue, saber como combater a estratégia de criação de histórias daqueles que impessoalizam o sofrimento de outras pessoas e, de novo, usam palavras-chave como Intervenção para apagar publicamente o alto nível de turbulência emocional que sufoca a capacidade de resposta do povo aborígene e sua capacidade de ser ouvido. Quem quer escutar um aborígene emotivo

⁷ (N.T.) *Closing the Gap*, ou Fechando a Lacuna em português, é uma estratégia do governo australiano que busca promover igualdade ao povo aborígene e das Ilhas do Estreito de Torres por meio de serviços, programas e políticas. A conjuntura foi lançada em 2008, e o Acordo Nacional, em 2020.

que não consegue falar a linguagem emocionalmente morta do acadêmico especialista ou do burocrata profissional — os doutores e outros especialistas em aborígenes? “São apenas doutores, querida Wright”, dizia meu velho amigo Tracker Tilmouth, um estadista e economista aborígene que tinha uma das mentes políticas mais brilhantes do país no que toca a construção de uma economia aborígene, dos fóruns profissionais sobre o povo aborígene, nos quais os principais citados nunca eram ouvidos.

São nessas batalhas com obstáculos que tentamos romper as narrativas impessoais para respirar, contar e ouvir nossas próprias histórias sobre o que realmente significam para nós, mas, lamentavelmente, nosso próprio pensamento já estava comprometido e contaminado em muitas ocasiões. Fomos expostos por tempo demais a essa história do contato colonial e às ideias e tentativas de outras pessoas de nos mudar. Aprendemos a usar a linguagem impessoal do homem branco e não significa nada a ninguém quando falamos. Ela certamente não mudou muito. Tentamos não nos tornar ou parecer muito emotivos para não ofender os não aborígenes que não gostam de ser confrontados por aborígenes emotivos e irritados. Falamos em uma linguagem educada, inventada para falar sobre o povo aborígene e da forma como os não aborígenes preferem nos ouvir. Infelizmente, alguns de nós são imunes ou alheios à nossa própria perda e logo imitam o opressor na opressão do nosso próprio povo e na censura dos nossos pensamentos e sentimentos a fim de alcançar um meio-termo.

Sim, é difícil admitir isso, mas é inevitável sentir que estamos nos tornando, pouco a pouco, os tolos doutrinados da retórica, em que começamos a acreditar nas repetidas histórias sobre nós que ouvimos de outras pessoas, e aproveitamos a oportunidade de sermos queridos para sobreviver aos tempos. Quando isso acontece, não conseguimos nem mesmo ver ou sentir o mal que causamos a nosso próprio povo. Estamos cegos demais para ver, pois estamos atacando a nós mesmos, fazendo vista grossa ou justificando o *status quo* das políticas governamentais ou o que aparece na mídia. É tão estranho quando a mídia apenas empurra sua própria história.

Sente-se que, em cada nova visão escolhida para nós, criada de forma casual, ignorante ou por meios profundamente racistas para nos manter preocupados e controlados, passamos nosso tempo lutando contra o que outras pessoas querem de nós ou acreditando no que as outras pessoas dizem, mesmo quando estamos sendo arrastados para dentro de suas narrativas. Começamos a pensar, a nos comportar e a tomar decisões com base no que achamos que podemos fazer naquele momento a partir das histórias contadas sobre nós. Nesse ato de achar um meio-termo, contribuímos com a criação de mais desordem e complexidade para o nosso futuro. Fizemos isso no passado e faremos a mesma coisa no futuro.

Isso significa que trabalhamos segundo a orientação de outras pessoas, independente da nossa vontade, de acordo com o que o governo determinou que fizéssemos para nos manter ocupados e distraídos. Estamos em uma fossa e longe de nos concentrarmos em qualquer significado extraído de um senso de identidade mais completo definido pelos aborígenes, no qual poderíamos ter aprendido mais com o legado das histórias de leis ancestrais que foram transmitidas ao longo dos tempos por nosso próprio povo com o objetivo de manter este país vivo. Precisamos dessas leis para compreender os outros, para nos reconhecermos plenamente e para nos darmos uma maior compreensão de como viver em nossos próprios termos econômicos, sociais e sustentáveis alinhados à cultura. Em vez disso, fomos praticamente suplantados, sufocados e imersos no controle de narrativas externas. É quase um milagre encontrar uma visão de fato sólida e definida pelos aborígenes, abrindo caminho em um labirinto que parece servir apenas para dismantelar as possibilidades.

Quanto mais as histórias que criamos sobre nós mesmos forem influenciadas pela imposição das narrativas de outras pessoas, mais nossas histórias se tornarão dispersas e ineficazes. Já somos um povo difuso em nosso pensamento, embora o isolamento não seja mais o único motivo. Ainda que devêssemos nos conectar por meio de nossas próprias leis e histórias ancestrais, a mudança está no nosso pensamento e no fato de contarmos histórias conflitantes, ao assimilar às nossas ideias uma visão inferior de nós mesmos a partir das histórias negativas criadas por outras pessoas para nós. Não temos coesão. Nós nos autoimplodimos. Perdemos o senso e a direção do nosso eu moral, o significado da nossa humanidade e, em termos políticos e cínicos da Austrália, perdemos a superioridade moral.

Em outras palavras, perdemos o enredo da história sobre quem somos, porque estamos muito distraídos com uma série de agendas impostas a partir das histórias de terceiros sobre e para nós, e na qual as políticas nos deixaram instáveis e praticamente incapacitados e ineficazes como povo. Estamos nos tornando um povo desperdiçado, que antes sabia por instinto como entender nossa própria história, que conhecia a história da visão aborígene, que era hábil na arte de uma cultura oral, e agora luta em regiões, luta como vozes na vastidão tentando compreender a nós mesmos. Caímos na armadilha da política assimilacionista promotora de uma cultura do esquecimento — e esquecemos que nossa cultura é um épico de temas abrangentes.

Nessa desordem, a história geral dos meios de comunicação sobre os aborígenes sempre me pareceu ser o método mais útil politicamente em todo o país para desconstruir ou construir negativamente, confundir e adulterar e, acima de tudo, tentar governar a

direção da história nacional dos aborígenes. A mídia, sobretudo seus componentes ricos, conservadores e de direita que dominam a chamada imprensa livre na Austrália, correu desenfreada para promover as políticas da Intervenção, foi a narradora pública dominante das histórias aborígenes e treinou a população nas formas de pensar os aborígenes. A mídia escolheu destacar histórias negativas sobre as condições do povo aborígene, mas, com frequência, silenciou seus pensamentos, suas opiniões sobre a situação ou suas vontades. O que ocorreu em seguida foi uma enxurrada de histórias sobre o povo aborígene.

Um grande espaço foi criado para um protesto público unilateral, envolvendo qualquer um interessado em criticar o povo aborígene com anedotas de natureza racista que eles só queriam contar, bem como ideias parciais e pessoais de como resolver o problema dos aborígenes. Essa ação de menosprezar o povo aborígene parecia uma estratégia intencional da mídia para intimidar e envergonhar o povo aborígene, para excluí-lo de contar sua própria história. Assemelhava-se aos primeiros dias do século passado, quando aborígenes eram tratados como animais de estimação públicos. O público agora era incentivado a participar de uma discussão aberta, pois sabia que era seguro a todos os australianos compartilharem abertamente suas opiniões sobre como o “problema” dos aborígenes deveria ser resolvido.

Não importava se a maioria dos comentaristas tinha pouca ou nenhuma noção do que ocorria em uma comunidade aborígene porque nunca esteve em uma ou pouco se interessava pelo contexto histórico ou pela natureza circular das políticas governamentais que resultaram em comunidades atingidas pela pobreza, nem fazia ideia da imensidão desses problemas. Eles apenas continuavam e diziam o que bem entendessem, sem se importar se era ofensivo ou injusto. Talvez seja correto dizer que grande parte dos comentários tinha o objetivo de ofender e envergonhar os aborígenes até os silenciar, como uma forma de censura, e isso era essencialmente racista.

Assim, compreendi que a mídia tinha um enorme poder de influenciar o pensamento público e a forma como nos víamos. E ficou muito claro para mim que as histórias consideradas importantes pelos aborígenes sobre nós mesmos — uma visão autodefinida do futuro — quase nunca apareciam na mídia. O espírito das nossas vozes foi censurado por meio de campanhas públicas na mídia, nas quais éramos condenados se falássemos sobre questões fundamentais para nós, como direitos aborígenes, tratados, soberania, compensação, autogoverno, ou mesmo se discordássemos de qualquer coisa durante a implementação da Intervenção. Pode-se analisar todas as questões aborígenes ao longo das décadas e dizer que conhecemos as campanhas da mídia destinadas a minar a implementação de questões importantes para nós, como direitos territoriais nacionais,

títulos nativos, mineração e outros desenvolvimentos de recursos, ou os momentos em que tivemos de lutar contra a política divisionista em eleições baseadas em raça.

Há uma grande lacuna na narrativa nacional sobre o povo aborígene simplesmente porque a maioria dele tem estado ocupada demais trabalhando com coisas que precisamos construir, manter ou proteger. Houve momentos em que não estávamos preparados para discutir assuntos sobre os quais sabíamos ser basicamente incorretos, já que pouco ganharíamos com nossos esforços ou porque seria uma perda de tempo.

Não fazia sentido adentrar esses diálogos, mesmo se quiséssemos. Estaríamos apenas instigando comentaristas que usavam táticas intimidadoras e violentas para proteger o propósito que apoiavam. Nos últimos tempos, essa foi uma nova narrativa de histórias nacionais sobre aborígenes alimentada negativamente a qual estavam ajudando governos conservadores e retrógrados a construir. Durante a Intervenção, por exemplo, a mídia parecia almejar uma visão unilateral que promovesse a política de direita e um drama supostamente necessário ao país enquanto abria as portas para qualquer um que quisesse criticar a população mais pobre e historicamente mais maltratada, ao mesmo tempo em que fechava a porta para os aborígenes se defenderem com outros pontos de vista.

A mídia escolheu quais das poucas vozes aborígenes seriam ouvidas em um espaço público cheio de provocações conservadoras e carregado de negatividade. Qualquer um cogitaria a preferência da mídia por um debate acalorado com os melhores pensadores aborígenes, em que ambos os lados pudessem ser ouvidos, mas, em vez disso, preferiu apenas excluir ou abafar qualquer um que pudesse contar uma história diferente: uma história que pudesse indicar alguns fatos e análises originados em uma rica experiência no mundo aborígene.

A campanha da mídia, pois suponho que tenha sido isso, durante o período da Intervenção, promoveu seu próprio grupinho de intelectuais ou comentaristas públicos aborígenes. Eles foram usados rigorosamente na promoção dessa nova história aborígene, ao darem maior legitimidade ao que os australianos sentiam em relação ao povo aborígene. O sentimento geral da indignação foi o mesmo de sempre, condicionado pela história e pela crença no domínio sobre o povo aborígene. A estratégia por detrás dessa campanha apoiada pelas empresas era enfraquecer qualquer força residual do separatismo aborígene — a crença nos direitos, na resistência e na resiliência aborígenes.

Em geral, os povos aborígenes não têm combatido suas diferenças em público nem condenado seu próprio povo publicamente. Conheço muitos deles que lutam por mudanças há muito tempo e que conhecem as dificuldades de alcançá-las. Mas alguns dos comentaristas que apoiaram a campanha da Intervenção tiveram facilidade em se esconder

atrás das leis de difamação australianas, não nomeando os infratores, mas acusando toda uma raça de cometer vários crimes contra nossa humanidade.

Nesses quase 40 anos de trabalho em prol dos direitos aborígenes, nunca vi uma visão totalmente definida e endossada pelos aborígenes receber muita atenção da mídia australiana. O que quero dizer com uma visão definida pelos aborígenes é aquela que vi ser formada pelos anciãos da Austrália Central em algumas das melhores comunidades durante a década de 1990, quando reivindicaram o autogoverno no Território do Norte. Nunca houve uma discussão real na Austrália sobre como criar um governo autônomo ali.

Quase nada disso apareceu nos meios de comunicação, embora muito tenha se falado sobre como criar uma visão do governo para retirar os direitos dos aborígenes no Território do Norte, resultando no desperdício de vários milhões de dólares na Intervenção e, depois, nas políticas do *Closing the Gap*, um dinheiro que poderia ter sido mais bem gasto na criação de acordos governamentais mais justos no Território. É claro que, apagando meus rastros, já que estamos ficando bons nisso, qualquer um pode citar vários casos no passado em que certas vozes aborígenes foram ouvidas na mídia — por exemplo, manifestando o direito à terra e discutindo os títulos nativos —, mas eu questionaria até que ponto fomos realmente ouvidos em vez de escolhidos de forma seletiva e preconceituosa, como em retratos, para representar o ponto de vista aborígene como um todo.

A história da reivindicação de um autogoverno aborígene pelos anciãos da Austrália Central, por exemplo, foi morta antes que pudesse respirar. Era como tantas outras boas histórias do povo aborígene que foram prejudicadas, passaram à clandestinidade para sobreviver ou só são compartilhadas em ambientes privados e seguros. No entanto, por que o país como um todo nunca teve vontade de ouvir uma visão definida pelos aborígenes?

Não vejo nenhuma mudança no *status quo* do povo aborígene usado como peão em jogos políticos — só podemos chamar assim — e continuaremos a ser invalidados e lesados pela administração cada vez pior do Governo do Território do Norte.

Essa forma de autogoverno concedida ao Território por uma lei da Commonwealth nunca foi revisada para descobrir se funciona ou onde gastaram todo o dinheiro recebido em benefício do povo aborígene, ou qual forma de governança poderia ser mais legítima e funcional aos povos aborígenes. O experimento realizado com a Lei (de Autogoverno) do Território do Norte de 1976 continua a ser um fracasso vertiginoso, tendo produzido um governo de perdedores com a arrogância de considerar o Território digno de se tornar um estado. O governo provou várias vezes sua incapacidade de governar todos os Territórios, especialmente os aborígenes, que correspondem a cerca de um terço da população.

Sabe-se bem que qualquer partido no poder no Território tem usado indevidamente os milhões de dólares alocados anualmente por meio da Comissão de Auxílios Australiana para combater a desvantagem dos aborígenes. As escolas, a saúde, o desenvolvimento econômico, a moradia, a infraestrutura e assim por diante dos aborígenes têm sido negligenciados há muito tempo, e os problemas sociais intergeracionais de desvantagem e pobreza que os acompanham aumentam cada vez mais.

Como consequência desses mecanismos inviáveis de governança, o Território tem uma força policial quase três vezes maior do que a maioria das outras jurisdições em relação à população. Constroem mais prisões para prender aborígenes porque não sabem mais o que fazer. As imagens gráficas da reportagem da ABC Four Corners em agosto de 2016 enfim desencadearam uma Comissão Real sobre o tratamento de crianças em detenção juvenil (onde as crianças aborígenes estão sobrerrepresentadas), semelhante ao que vimos de prisioneiros sendo torturados na Baía de Guantánamo. Por que nenhum político ou governo do Território demonstrou um pingão de decência e coragem e disse: Esse mecanismo de governança está errado para o Território do Norte. Não sabemos como governar para o povo aborígene. Isso não vai se repetir. Encontraremos uma maneira melhor.

Isso é racismo estrutural? É assim que começa? Por que os conselhos de terras aborígenes no Território do Norte, que têm tido várias conquistas devido à boa administração e ao trabalho árduo para adquirir e construir terras e interesses aborígenes desde a década de 1970, continuam a ser ameaçados e questionados, mas não o governo do TN?

Depois da Intervenção, passei a entender melhor que a mídia australiana era o bardo contador de histórias dos aborígenes para a nação. De que outra forma os australianos em geral seriam informados sobre o povo aborígene, considerando que eles não têm nenhuma forma real de autogovernança ou capacidade real de governar para promover suas próprias histórias? Poderíamos continuar as manifestações nas ruas ou por meios democráticos, usando o poder do voto ou expressando nossa opinião de forma competitiva para mudar como as histórias aborígenes eram contadas.

Nos chamados argumentos de “*status quo* da dependência da assistência social” apresentados no fim da década de 1990, durante os anos da Intervenção e em grande parte da década seguinte ou além, a questão da dependência da assistência social foi frequentemente discutida e conduzida por Noel Pearson. Pearson foi um dos principais focos da mídia australiana e difundido pelos governos à época. Ele se tornou o principal arauto da Austrália na questão dos aborígenes. Muitos australianos, inclusive aqueles envolvidos no poderoso movimento de Reconciliação, juntaram-se à brigada de Pearson,

desesperados pelo comando de um líder aborígene que se adequasse às sensibilidades da classe média e almejando estabelecer um relacionamento com o povo aborígene que era o alvo da retórica da dependência da assistência social. Eles se juntaram à grande maioria dos outros australianos que tinham apenas queixas históricas sobre os aborígenes, mas encontraram em Pearson um herói aborígene de sua época. Ele entendeu perfeitamente que a história favorita deles se intitulava “O problema com os aborígenes” e forneceu o que todos esses australianos queriam: dar uma boa surra nos aborígenes.

Esses foram os anos em que o governo australiano estava se afastando, e depois fugindo, das políticas de autodeterminação aborígene, as quais não respeitaram nem apoiaram. Jamais ofereceriam o necessário à grande maioria da cultura aborígene para se recuperar de dois séculos de danos e prejuízos. Com os recursos existentes, como disse um acadêmico referindo-se às políticas atuais, a recuperação do povo aborígene levaria cerca de 575 anos. A recuperação total nunca foi o plano. Foi apenas uma dança eleitoral de três em três anos para se esquivar da ideia de fazer algo útil nos assuntos aborígenes até a próxima eleição.

Os governos australianos temem o poder crescente do movimento aborígene desde a década de 1960, a pauta determinada em prol dos direitos e da mudança dos aborígenes, e sua capacidade de aparecer em qualquer arena, doméstica ou internacional, para articular a incapacidade do governo em atuar corretamente — sem mencionar a paridade para o povo aborígene que vive em situações difíceis, com pobreza contínua, crescente e intergeracional.

O mundo aborígene já havia sido forçado a obedecer, sabia que deveria ser subserviente à autoridade da administração do serviço público sobre os fundos e a direção durante a era da política de autodeterminação. Nossas histórias eram continuamente reformuladas por meio de nossa dependência em uma burocracia de assuntos aborígenes que também cresceu a partir da década de 1960. A administração ainda era mantida, com o controle firme e inabalável dos supervisores das políticas de assimilação anteriores, ao ter os mesmos burocratas de carreira entrincheirados em níveis sênior, administrando as políticas de autodeterminação aborígene.

A voz narrativa da burocracia nos assuntos aborígenes quase nunca era ouvida publicamente — exceto por uma ou duas pessoas reconhecidas como as maiores especialistas de renome em questões aborígenes, mas detinha o poder de aconselhar o governo, bem como o de criar o estilo e implementar os programas oferecidos às comunidades aborígenes. Eram os funcionários públicos que governavam o mundo aborígene, em vez de o mundo aborígene governar a si mesmo e receber o apoio adequado

para consertar os enormes danos criados pelo fracasso das políticas governamentais. Os burocratas nunca deveriam ter tido o controle final sobre a vida aborígene, controlando as finanças, controlando e manipulando a direção, sem serem jamais responsabilizados pelas consequências de sua administração.

Ao longo das décadas após os anos 1960, as comunidades aborígenes não conseguiram evitar uma governança feita por funcionários públicos, e muitos de nós tentaram se unir a eles na tentativa de criar mudanças de dentro para fora. A situação permanece até hoje, na qual os burocratas dirigem e controlam o financiamento de programas elaborados de acordo com a política governamental voltada a assuntos aborígenes, e povos e comunidades aborígenes tentam ou lutar contra o modo como as decisões são tomadas, ou se adequar às decisões tomadas para nós, e simplesmente continuam tentando tornar, de forma independente, as coisas possíveis para nós mesmos. Isso é motivo de alegria? Para algumas pessoas, talvez, eu não sei.

Se fosse necessário ponderar, você poderia questionar as perdas e os ganhos. Talvez descubra que os programas do governo só funcionaram por causa da resiliência aborígene e em locais onde a criação e narração de suas próprias histórias mais importavam. Economistas do meio acadêmico, como Jon Altman, descreveram a capacidade dos aborígenes de criar sua própria economia híbrida em comunidades remotas. David Ross, diretor do Conselho da Terra Central (*Central Land Council*), em seu discurso na Conferência Nacional de Títulos Nativos, em Darwin, em 2016, ao abordar 40 anos de direitos à terra no Território do Norte, disse que os membros do conselho de terras, os proprietários tradicionais na região da Austrália Central, estão ocupados desenvolvendo suas próprias soluções, seus próprios programas e suas próprias habilidades em busca dos objetivos que desejam alcançar.

As pessoas aborígenes esperam cada vez menos, ou nada, dos outros e tentam tornar exequível a impossível jornada até nossa ideia de futuro. Somos um povo pragmático, apenas tentando assumir a responsabilidade pela nossa própria sobrevivência em uma situação quase impossível de perdas e danos geracionais contínuos, e estamos tentando desenvolver nossas próprias competências, tentando encontrar nossas próprias soluções, tentando construir economias de subsistência, porque sabemos muito bem como os governos continuarão falhando conosco. Percebemos que a burocracia, e qualquer governo no poder, terá uma enorme autoridade para criar histórias e comprometer a narrativa e a tomada de decisões das comunidades aborígenes e de nossas organizações de serviços. Seguimos esse padrão há muito tempo e, por consequência, talvez estejamos nos tornando especialistas na expectativa da perda e, sim, maiores especialistas na esperança.

Caso examinasse o jogo de poder da dominação governamental nos assuntos aborígenes durante um longo período, veria também, talvez na mesma medida, a deterioração da prática de contar histórias aborígenes. Nossas histórias se tornaram confusas e atulhadas com o que é verdade e o que é crença, com o que pode ser contado ou o que pode ser ouvido, e por quem. Essas histórias, um turbilhão de fragmentos históricos e contemporâneos do que aconteceu e do que nunca foi resolvido correm o risco de perder sua força ao serem contadas. Nossa voz pode ficar sobrecarregada com o complexo de intensidades históricas nas histórias características de todos nós. Nossa narrativa requer uma energia enorme e, cada vez mais, habilidades narrativas ainda melhores. É difícil entender a história como um grupo, como um povo, para formar uma visão. A história se torna uma cheia de concessões, tão intrincada sob a forma de queixas que a narrativa se torna impossível para o aborígene que deveria contar sua história com profundidade e visão, e é quase impossível entendê-la, impossível chegar a um consenso e, paradoxalmente, contribuir de fato para todos os processos externos que se encarregam de comprometer a voz da nossa cultura de narrativas orais.

Em outras áreas essenciais do mundo aborígene, fomos forçados a nos tornar dependentes de profissionais para nos defender. Lembre-se da onda de acadêmicos escrevendo e dando conselhos sobre questões aborígenes, ou nos advogados, antropólogos, historiadores, cientistas, economistas, contadores, médicos, profissionais da saúde, consultores e administradores contratados para aconselhar, persuadir com habilidades, conhecimentos, valores e influência e que, assim, ajudaram a remodelar a história aborígene. Mas o que a história aborígene está se tornando, se outras pessoas a estão contando por nós? Somos a matéria da lei, no que toca conflitos entre eles e nós. Os tribunais e os governos da Austrália não querem que você represente a si próprio, eles querem ouvir e argumentar a história aborígene do ponto de vista profissional, e o governo fornece o dinheiro ou o mecanismo de apoio profissional para que esses argumentos ocorram na língua do tribunal.

O sujeito aborígene com a história que supostamente lhe pertence está relegado a ser, na melhor das hipóteses, um informante primário para a pessoa profissional, que então argumenta a história em seu nome. Muitas vezes, o contador de histórias original teria dificuldade em reconhecer a linguagem da história sendo apresentada a um juiz no tribunal. Acho que não importa se você é um dos sortudos cujo caso legal é bem-sucedido; talvez você não queira saber os detalhes e, quem sabe, fique feliz em seguir sua vida de qualquer forma. Mas, se perder o caso, é provável que nunca entenda o que deu errado ou como a sua história, conforme interpretação do profissional que a coletou, foi apresentada

à justiça. Em alguns casos de títulos nativos, famílias e comunidades sempre vista como parentes foram divididas e podem continuar assim pelo próximo século. Isso ocorre porque a lei tem suas próprias regras frente a histórias sobre propriedade de terras. Muitas vezes, os aborígenes perderam o título nativo porque a legislação é quase completamente firmada na ideia de que o roubo de terras e a opressão não aconteceram, tamanha é a força da mentira de como a Austrália foi colonizada pelos brancos. A legislação não reconhece as histórias que foram a realidade na vida dos aborígenes, o modo como foram forçados a sair de suas terras e, pelo visto, a perda da conexão contínua e, em seguida, do título nativo.

Um bom exemplo de narrativa profissional em uma língua muito distante de como os aborígenes podiam contar suas próprias histórias foram as diversas e morosas reivindicações por direitos à terra no Território do Norte, algumas ao longo de décadas. A relação dependia de contar histórias jurídicas para que profissionais, em um trabalho minucioso, as analisassem e usassem na argumentação da propriedade tradicional conforme definido em lei. Embora os proprietários tradicionais também tenham apresentado provas persuasivas nas audiências, a história foi traduzida para uma linguagem acadêmica e jurídica e, em muitos casos, teria sido bastante difícil aos proprietários tradicionais, nos argumentos exaustivos ocorridos à sua volta, reconhecê-las como sua própria história ou até mesmo acompanhar a lógica argumentativa por causa da dependência de tradutores.

A história deve continuar, mesmo no mundo cultural aborígene, e talvez seja bom que uma riqueza tão vasta de conhecimento cultural tenha sido coletada com segurança e armazenada para nossas gerações futuras, embora eu ache que, nas dificuldades crônicas de manter nossa cultura por meio dessas histórias importantes e a menos que sejam arquivadas em conselhos territoriais, os herdeiros aborígenes dessas histórias culturais, muitas vezes afastados, ainda terão dificuldade em recuperar informações que possam estar acumulando poeira por aí ou que sejam usadas para ensinar estudantes em instituições acadêmicas distantes ou que sejam armazenadas por acadêmicos conhecidos por usar nossas histórias na construção de posições muito poderosas para si mesmos como guardiões, quase como os *inkarta*⁸ desse conhecimento.

Esses tipos de narrativa e coleta profissionais eram necessários às reivindicações de títulos nativos por meio de advogados, antropólogos, linguistas, historiadores e assim por diante. Para muitos, essa foi outra grande questão, na qual a voz e a história dos aborígenes foram avaliadas e, por vezes, perdidas ou malformadas por aspectos propositais ou políticos. As histórias mais importantes da lei e dos direitos aborígenes

⁸ (N.T.) Da língua *arrernte*, *inkarta* é uma palavra normalmente utilizada nas leis aborígenes para descrever líderes cerimoniais e conhecimentos antigos.

tornaram-se dependentes da defesa profissional em arbitragens envolvendo recursos de alto risco, e nossas vozes e histórias foram outra vez ameaçadas, controladas, abertas à má-interpretação ou ao mal-entendido das circunstâncias históricas e poderiam estar sujeitas a concessões ou ser descartadas, mesmo nos casos bem-sucedidos conquistados por meio dessa relação de dependência.

Portanto, a história da autodeterminação aborígine entre os anos 1960 e 1990 se tornou o território de mais e mais gente, tanto aborígenes quanto não aborígenes, que falavam em nome de outras pessoas, tendo ou não permissão daqueles sobre os quais falavam e, durante os anos da Intervenção, com um respeito decadente pelos protocolos aborígenes sobre quem fala em nome de quem. A lista de formuladores de políticas, pessoas da mídia e acadêmicos é muito longa, mas, por outro lado, uma série de líderes comunitários e líderes nacionais aborígenes também falavam em nome da comunidade aborígine.

Em 2007, o governo havia eliminado completamente a política de autodeterminação/gestão/corresponsabilidade ao implementar um rigoroso conjunto de políticas intervencionistas no Território do Norte. Essa abordagem pretendia aviltar a cultura e a humanidade aborígenes e buscava reforçar a assimilação na Austrália branca. Foi um retorno à mentalidade pré-1950, e o mais terrível é que a Austrália moderna permitiu que isso acontecesse.

Os governos não fizeram nada de muito benéfico no estilo *laissez-faire* de governar na década de 1990, o que praticamente deixou o mundo aborígine à própria sorte com anos de recursos já escassos para solucionar um desenfreado problema de terceiro mundo na Austrália. Mas isso mudou para pior quando o governo da Coalizão Howard, junto a seus poderosos apoiadores da mídia conservadora, conduziu uma guerra narrativa bastante desagradável e hostil ao implementar suas políticas intervencionistas em 2007.

Eles claramente venceram essa guerra, ligada a uma questão bastante clara de a mídia determinar quais histórias seriam contadas sobre o povo aborígine e quem as contaria. Ninguém estava ouvindo de verdade o povo aborígine na década de 1990, a não ser nas discussões sobre títulos nativos, em que a força da liderança aborígine exigia que o governo prestasse atenção. O objetivo dos aborígenes era estratégico, concentrando-se no reconhecimento dos direitos — inclusive no âmbito da ONU, como plataforma para reconstruir o mundo aborígine, e algumas das pessoas mais brilhantes se esforçaram para garantir os direitos à terra e os direitos econômicos a diversas pessoas aborígenes. Em muitos casos, essas batalhas duraram anos, abordando as dificuldades de garantir o máximo do título nativo. Houve algumas conquistas importantes, mas o período também foi marcado pela diminuição dos recursos destinados ao desenvolvimento e à prosperidade

das comunidades, como a ajuda para construí-las. Ninguém ouvia ou se importava muito com a perspectiva aborígene sobre o que acontecia em nossas comunidades e com o corte de verbas para serviços, a menos que houvesse votos ou formas de punir os aborígenes por terem demais, ou por problemas com bebidas alcoólicas que perturbassem o turismo nas principais ruas das cidades regionais⁹. Contudo, depois de uma eleição, os políticos apenas continuavam a trabalhar como sempre. Por exemplo, o livro *Grog War* [*Guerra alcoólica*], que escrevi em 1997, contava a história de uma batalha de dez anos do povo aborígene de Tennant Creek para reduzir a quantidade de bebidas alcoólicas disponível nos pontos de venda da cidade. Não foi fácil, cada luta para fazer algo era monumental.

Pode até ser verdade que os aborígenes de todo o país sempre tiveram dificuldade de serem ouvidos ou de esperar que histórias positivas fossem contadas sobre eles nos meios de comunicação, mas as mudanças ou estratégias que começavam a ser implementadas naquela época iriam mudar radicalmente e controlar com firmeza o modo como as histórias dos aborígenes seriam ouvidas no futuro.

O que seria reduzido a pó era qualquer expectativa de que deveríamos ter o direito de contar ou possuir nossas próprias histórias no meio político convencional, mesmo que a palavra “expectativa” nunca tivesse aparecido em termos aborígenes na Austrália. Tantos anos de trabalho árduo do povo aborígene até cultivar líderes de alta credibilidade que apresentassem nossa história em um movimento que já havia mudado grande parte da direção e do foco, saindo de um movimento nacional pan-aborígene e voltando às tradicionais bases regionais em suas terras natais, não serviram para nada.

A estratégia aborígene até aquele momento era insistir que o resto da Austrália pensasse duas vezes antes de apresentar suas visões preconceituosas ou sua ignorância tão abertamente como havia sido possível fazer até a década de 1970, na longa era assimilacionista.

Mas, agora, o país retornou em massa, o mais rápido possível e com uma boa dose de apoio da mídia, às atitudes daquela época, quando praticamente qualquer pessoa se tornava um especialista no problema aborígene em debates nacionais ferozes — exceto, é claro, o aborígene. A mídia não achava mais necessário perguntar a opinião dos aborígenes, que eram as pessoas sobre as quais se falava tão abertamente na arena pública. Nunca se ouvia o que eles realmente queriam, como queriam viver e o que acontecia no mundo deles para impedi-los de alcançar sua visão. Apenas o ministro de Assuntos Aborígenes, às vezes, apontava para algumas pessoas que supostamente

⁹ (N.T.) Na Austrália, são chamadas de cidades regionais, ou áreas regionais, lugares localizados fora dos principais centro urbanos, como Sydney, Melbourne e Brisbane.

apoiavam a Intervenção. Essa era a história. Essa era a história de indivíduos escolhidos, não a história de uma ampla consulta.

Qualquer pessoa deveria ter sido capaz de ver quais são as dificuldades de qualquer povo do terceiro mundo carente de recursos e saber que é difícil competir contra o poder da maioria. É muito fácil criticar um povo mais fraco sabendo que os menos poderosos terão pouca capacidade de retaliação. É muito fácil que as críticas se tornem desproporcionais, como aconteceu durante a introdução da Intervenção e a manutenção dessas políticas, e, assim como o valentão da escola, quanto mais você intimida, mais fraco fica o alvo da sua vingança. Após destruir sua força de vontade, bem, você pode fazer o que quiser com eles.

Essas mudanças diziam respeito a quem seria capaz de contar histórias aborígenes no espaço público dos meios de comunicação e se iniciaram durante o governo Howard. Tratava-se, essencialmente, de controlar como e quais histórias aborígenes seriam contadas na mídia e quem as contaria. Essa foi uma estratégia planejada para limitar o que a Austrália dominante ouvia sobre os aborígenes — sobretudo quem vivia em comunidades remotas atingidas pela pobreza no Território do Norte — e para tornar quase impossível escutar qualquer voz aborígine que não fosse a dos poucos selecionados pela mídia para serem os contadores de histórias e formadores de opinião nacional aborígenes e não aborígenes.

A campanha deveria acompanhar o desenvolvimento da decisão do governo de Howard de implementar um conjunto de políticas que minaria o mundo aborígine de tal forma que jamais recuperaria o lugar poderoso que parecia ocupar aos poucos na política australiana. A mídia fez a sua parte para concretizar a visão de Howard por meio de sua abordagem ditatorial em relação às informações que fornecia ao público australiano sobre o povo aborígine e ao sensacionalizar histórias negativas de violência aborígine, dependência da assistência social e pedofilia nas comunidades aborígenes, que apontavam para o fracasso do povo em determinar seu futuro e, portanto, o fracasso dos direitos territoriais e de o povo aborígine poder opinar sobre sua terra. A tática adotada nesse período inicial, talvez visando impulsionar as vendas de um público com interesse cada vez menor na mídia, foi promover histórias negativas apoiando as políticas muito conservadoras e, como comprovado, retrógradas que se seguiram. Essa campanha foi tão cruel que a estratégia do “livre para todos” está firmemente arraigada até hoje e provavelmente continuará existindo.

O que o governo Howard temia era sua própria percepção — construída através do medo e da paranoia — de que havia um crescente apoio nacional ao povo e aos direitos

aborígenes para impedir o desenvolvimento de recursos na terra que tinham reconquistado. Nessa época, milhares de australianos decentes e bem-intencionados se envolveram no movimento de Reconciliação. A Reconciliação foi a iniciativa oficial do governo anterior de contar histórias aborígenes para a construção da nação herdada pelo governo Howard, ao lado da justiça social, das gerações roubadas e de uma resposta legislativa ao título nativo. Vimos a narrativa nacional pender para qualquer lado na época das eleições, entre promessas positivas e políticas negativas de divisão. A história dos aborígenes é sempre uma ferramenta útil quando convém aos partidos políticos para obter votos. Ajuda a interferir na política aborígene. Ajuda os governos a controlar a história moderna dos aborígenes, garantindo que a história vergonhosa e sempre difundida da colonização branca neste país seja mantida — isso significaria lidar com os fatos da história. Um dos últimos resultados mais espetaculares relacionados à simpatia pela justiça dos direitos aborígenes estabelecida por meio do movimento de Reconciliação é que o governo de Victoria está negociando um tratado com suas nações aborígenes. Howard não foi muito diferente de outros governos australianos ao tentar controlar a narrativa nacional sobre o povo aborígene, interferindo em fatos e implementando políticas que nunca foram projetadas para funcionar, cujo resultado é a história moderna da injustiça aborígene.

A mudança mais óbvia nessas histórias modernas sobre o povo aborígene era o estilo de sua apresentação na mídia, que mudou do jornalismo para o comentário, dos jornalistas que examinavam todos os pontos de vista para simplesmente apresentar o ponto de vista pessoal dos autores de artigos de destaque nas capas ou em páginas duplas, mais semelhante a comerciais políticos para o jornal, que se afastou do jornalismo feito com pesquisas completas e se aproximou de boatos e opiniões. O conteúdo dessas matérias forçou uma mudança de pensamento no público australiano, antes, uma mentalidade justa e liberal estabelecida pelos governos trabalhistas anteriores e, agora, uma mentalidade mesquinha e fechada que insistia na existência de uma única Austrália e acreditava que o povo aborígene deveria ser como todos os outros.

Um dos pontos interessantes nesse exercício, além da exclusão de vozes proeminentes dos direitos aborígenes, foi a crítica extremamente hostil a “algumas pessoas” sem nome acusadas de serem homens violentos. A insinuação de que “alguns aborígenes” eram culpados foi uma tática de intimidação para criar autocensura e autoquestionamento em todo o mundo aborígene, para sermos condenados se apoiássemos os direitos aborígenes e não cuidássemos ou amássemos nossas crianças e fôssemos supostamente contra os direitos delas e apoiássemos a violência nas comunidades. Essa imprecisão intencional de insinuar por meio do uso do termo “algumas pessoas”, podendo ser usado em um

sentido cultural por gente muito experiente que, às vezes, prefere usar a tática de não nomear devido às amplas ramificações nas estruturas legais quando alguém é nomeado, é injusta e antiética quando usada para perseguir, estereotipar e intimidar uma raça inteira. É assim que funciona a promoção da autocensura, e isso prejudicou a autoestima dos aborígenes que se tornaram alvo desse tipo de comentário generalizado, usando a culpa para justificar políticas punitivas visando o controle de todos os aborígenes que vivem em suas comunidades, em terras aborígenes.

O que se tornou muito perceptível no mundo aborígene durante esse período foi o silenciamento da liderança quando o governo Howard usou o relatório *Little Children Are Sacred* [Crianças são sagradas] para envergonhar e lançar seu pacote da Intervenção para controlar as comunidades aborígenes, inicialmente com o exército e, depois, com uma rede de burocracias firmemente estabelecida.

Embora as histórias jurídicas possam ser de natureza épica e diretamente ligadas ao país e ao local, a natureza oral da narrativa aborígene é geralmente pessoal e uma forma já familiar de lidar com as preocupações. Mas em uma enxurrada de críticas públicas que pareciam ser direcionadas a todos os aborígenes, nossas vozes quase não foram ouvidas e, com exceção de alguns ecos, foram insignificantes e ineficazes. Ninguém realmente atacou pública e pessoalmente os principais comentaristas ou supostos apoiadores da Intervenção. Isso aconteceu muito mais tarde, sobretudo por meio de críticas feitas por Gracelyn Smallwood em sua pesquisa de doutorado, em 2012, e pela queima de efígies de Noel Pearson e Warren Mundine por manifestantes aborígenes em um comício do G20, em Brisbane, em 2014.

Além disso, o muro de sordidez e difamação que apoiou essas políticas criou um silêncio mortal entre os aborígenes por mais de uma década. Nada poderia ser dito ou debatido em um fórum sensato que não fosse atacado pelos defensores ferrenhos da Intervenção. Esse silêncio continuou durante os governos trabalhistas e depois nos governos Abbott/Turnbull. Atualmente, há um renascimento no qual aborígenes tentam recuperar o terreno perdido de suas narrativas e reencontram uma voz, ainda que diferente das anteriores, de forma independente nas regiões de origem, como artistas independentes, ou politicamente, como servidores dos principais partidos políticos no Território do Norte e na política federal.

A tentativa deliberada de silenciar a liderança aborígene estabelecida há tempos foi alcançada quando não conseguiu se expressar com um senso de legitimidade, embora se sentisse envergonhada por ser responsável pela política de autodeterminação. Isso foi feito retirando ou ameaçando retirar os recursos necessários para buscar a autodeterminação e a

consulta aos seus constituintes. O benefício dessas plataformas estabelecidas na comunidade, com quaisquer recursos escassos de que dispunham, era que os líderes aborígenes tentariam assegurar que a importante ideia fundamental de consenso na cultura aborígene poderia, de alguma forma, ser alcançada sobre a história aborígene, que eles apoiariam.

Por vezes, é certo, havia falhas na história ou com o contador de histórias, e mais trabalho poderia ter sido feito na área de aprimoramento de nossas habilidades narrativas, mas esperava-se que a liderança mantivesse a história correta ou fosse censurada se não o fizesse por meio de críticas aborígenes em nossos próprios fóruns, além de sempre estar sob grande pressão para garantir que a verdade sobre nossos grupos constituintes no local fosse contada. O trabalho da liderança aborígene até os anos de Howard se transformou em um movimento extraordinário, de conhecimento exemplar e sofisticado. Mesmo com suas turbulências, brigas internas e invejas, a comunidade era altamente robusta e tinha um senso de direção. Tratava-se de um movimento altamente capaz de fazer lobby em todos os níveis das estruturas políticas e econômicas australianas, admirado por muitos australianos instruídos, e sua ideia era promover o reconhecimento dos direitos aborígenes e o desenvolvimento econômico dos povos aborígenes em toda o país.

Esse senso de unidade era o que o governo Howard queria eliminar. Queriam criar desordem. A intenção parecia ser gerar tanta desarmonia e discórdia, sustentadas por um longo período de tempo, que a forma estabelecida de liderança controlada pela comunidade nunca se recuperaria. Ao negar voz à liderança aborígene fundamentada no consenso da comunidade, haveria pouca chance de o povo aborígene ter uma voz dissidente forte no debate nacional que estava discutindo a incapacidade de o povo aborígene fazer qualquer coisa com o direito de autodeterminação, a necessidade de mais controle governamental e o poder de substituir um cenário alicerçado em direitos.

Nessa estratégia de derrubar o tipo de estrutura de autogovernança à qual o povo aborígene estava aderindo, o governo Howard abriu espaço para novas vozes aborígenes à sua escolha. O objetivo era criar seus próprios fantoches: políticos ineficazes representando o povo por meio do sistema parlamentar. Ficou mais fácil para os meios de comunicação controlarem a história aborígenes e promover pessoas aborígenes ou outros comentaristas considerados mais adequados à liderança aborígene para articular as ações que deveriam ser tomadas. Esses comentaristas, alguns deles parlamentares do *Country Liberal Party* [Partido Liberal do País] no Território do Norte, ajudaram o governo na implementação de novas políticas que visavam controlar comunidades aborígenes. Eles precisavam seguir a lógica do partido ou perderiam os privilégios e eram basicamente usados para criar uma barreira entre os aborígenes tradicionais e aqueles tidos como urbanos.

Alguns desses líderes aborígenes do CLP foram divulgados pela mídia — em propagandas jornalísticas estilizadas disfarçadas de artigos de destaque e matérias de capa — como genuínos, um aborígene puro-sangue de comunidades remotas que falava um idioma tradicional. Lembro-me de Tracker Tilmouth me dizendo, na época, que não importa se você fala um idioma aborígene ou inglês se você só fala besteira. Em comparação, os líderes aborígenes de origens semelhantes que abordavam a soberania aborígene e os direitos do governo aborígene recebiam pouquíssima cobertura.

Essa abordagem abriu caminho para uma reformulação completa da política aborígene, que começou com o desastroso pacote de políticas retrógradas lançadas pelo governo Howard como a Intervenção no Território do Norte, em 2007, continuou durante os governos trabalhistas de Rudd/Gillard/Rudd e nos governos atuais da Coalizão Abbott/Turnbull, mais ou menos com as mesmas políticas duras, mas ineficazes, conhecidas como *Closing the Gap*.

Essa forma de controle governamental continua. A campanha desagradável e agressiva que viu a aplicação da Intervenção do Território do Norte em comunidades remotas diminuiu relativamente. Aqueles que se opuseram à implementação da política e que foram tão cruelmente atacados por apoiarem a violência aborígene, por não amarem as crianças aborígenes o suficiente ou por apoiar a dependência da assistência social estão encontrando novas maneiras de contar nossas histórias. Mas a eficácia da campanha original é quase absoluta. Foi difícil afastar as ideias horríveis de violência e de pais aborígenes que negligenciam seus filhos, e são esses sentimentos que continuarão adentrando a mente dos australianos. As pessoas que apoiaram e promoveram a Intervenção, e que viram como todas as promessas fracassaram, agora estão caladas e não apresentaram desculpas nem soluções.

O que resta? Sempre haverá dúvidas na psique australiana sobre a capacidade de o povo aborígene determinar nosso próprio futuro, e sempre haverá o sussurro da história oficial: que o povo aborígene não merece nada diferente e deve ser controlado pelo governo. Foram necessários dois séculos e a Suprema Corte da Austrália no caso Mabo para começarem a mudar a história oficial de que este país era *terra nullius*, mas muitos australianos ainda preferem enxergar o povo aborígene como forasteiros, o povo que deve ser controlado. À exceção de falhas irrisórias em uma história de controle da situação aborígene até que a assimilação pudesse ser alcançada, o pensamento e as histórias fundamentadas em erradicação, contenção e assimilação melhoraram muito pouco para nós, mesmo na dimensão das políticas da Intervenção e do *Closing the Gap*.

Em algum momento acreditei que tínhamos o direito de contar nossas histórias e articular nossa visão para desenvolver a saúde de nosso povo, a cultura, a terra e o poder

econômico. Acreditei que nossa sobrevivência dependia de fortalecer os alicerces da nossa humanidade por meio das nossas ideias de autogovernança na era moderna, mesmo com a dependência no governo para superar os danos a longo prazo causados por políticas governamentais disfuncionais e inviáveis. Ao alcançar essa visão, sempre pensei que se tratava de ter esperança, que nossas histórias eram a ferramenta mais valiosa do coração e da mente para manter a esperança nas lutas que ocorriam.

A publicação de uma história após a outra culpando a vítima por não demonstrar qualquer responsabilidade por suas comunidades enfrentando dificuldades e atingidas pela pobreza teve o efeito desejado. Mesmo alguns de nós começaram a acreditar que não conseguiam lidar com a autodeterminação, que eram violentos e preguiçosos, dependentes da assistência social, que não cuidavam de seus filhos e que precisavam ser controlados. Desde o início desse teatro conservador altamente orquestrado, a guerra de histórias continua. Está no sangue. Todos pegaram a doença de alguma forma. Agora é história acumulada, assim como o que foi aprendido por meio das guerras de histórias, as quais basicamente eram um argumento lamentável alimentado por acadêmicos conservadores que se sentiam marginalizados e ignorados, para questionar se as mortes de aborígenes durante o início da colonização foram atos de genocídio e se realmente aconteceram.

O efeito de uma estratégia baseada em raça e politicamente hipercarregada voltada ao controle de histórias aborígenes é manter a autocensura dos aborígenes, sem nenhum custo real para o governo. É uma estratégia barata. Mas o custo do que aconteceu conosco é enorme. Considere o custo de remover a autocensura aborígene e permitir que os aborígenes tenham direitos reais de contar histórias e plataformas jurídicas para trabalhar em prol da sua visão do futuro. O custo continuará a crescer e, neste momento, possivelmente será maior do que o país pode pagar. Isso significaria o fim de uma história de políticas governamentais perdulárias que nunca funcionaram ou que não foram planejadas para fazer nada além de garantir votos na época das eleições e, assim, conter tudo a um custo mínimo no intuito de garantir que dinheiro de verdade nunca seja gasto na superação dos danos coloniais.

A única solução que os governos australianos realmente encontraram foi a assimilação completa dos aborígenes, mesmo com o aumento do custo desse fracasso, mas talvez nem seja esse o objetivo, pois é sempre fácil acusar os aborígenes de fracasso por conveniência política e de serem vítimas se não conseguirem a assimilação. Então há uma suposição geral de que os aborígenes são vítimas e só contam histórias de vítimas. Isso resulta em uma perda ainda maior da nossa capacidade de criar algumas das melhores histórias deste país, ao cedermos para fazer o que se espera de nós. Na

natureza perniciosa das realidades para o povo aborígene, o custo total será carregado nas histórias que podemos contar para moldar nosso mundo. Nossa herança sempre será avaliada pelo quanto estamos dispostos a comprometer ou desconsiderar da nossa visão cultural de contar histórias. Quanto mais distorcemos nossas histórias na intenção de adaptá-las à Austrália dominante, perdendo ainda mais as nossas normas culturais, mais aceleraremos nossa aculturação total na sociedade australiana convencional. Por quê? Porque perderemos o que há de especial na nossa herança se não conseguirmos entendê-la ou lutar por ela. Poderiam perguntar: por que não podemos ter as duas coisas? Essa é a pergunta capciosa sobre a narrativa aborígene.

As histórias do povo aborígene sobre direitos serão ineficazes se não forem ouvidas — até mesmo por nós. Nossas histórias talvez nunca sejam levadas a sério por aqueles que falam da boca para fora sobre os direitos dos aborígenes. Essas histórias são insignificantes para eles, serão negligenciadas e ignoradas pela grande mídia, ou serão consideradas incompreensíveis. Quem saberia ler histórias que abrangem todos os tempos, quando a maioria é incapaz de entender as histórias da terra e a longa herança cultural deste país?

Sem uma plataforma dedicada ao desenvolvimento de histórias sobre os direitos aborígenes, incluindo a soberania e a segurança cultural e econômica, com o passar do tempo, haverá ainda menos opções para que os aborígenes contem suas histórias sem comprometer ou corroer ainda mais os princípios fundamentais da cultura e das crenças. Os contadores de histórias aborígenes talvez sintam a necessidade de fazer escolhas mais deliberadas na forma de contarmos histórias, como muitos fizeram durante os primeiros anos da Intervenção tendo em mente as fortes críticas. Podemos nos perguntar: como minha história será ouvida? Qual é o novo marco de articulação aqui? Arriscamos nossa existência cultural, autenticidade e voz se aceitarmos um padrão de compromisso ao tentarmos construir uma história ou crença que corresponda à história nacional dominante para o povo aborígene.

Alguns de nós podem apenas permitir que outras pessoas continuem cuidando das nossas comunidades como contadores de histórias no padrão atual do *Closing the Gap*, porque perdemos a confiança em nossa capacidade de articular nossas próprias histórias. Alguns de nós podem ter tomado a decisão de viver em uma forma mais específica de separatismo interior, no qual só reconhecemos e nos mantemos familiarizados com o valor de leis, ideias e crenças culturais contínuas, onde nossas vidas parecem fazer sentido, ter segurança e certeza, enquanto a superfície parece ser tanto paternalista quanto controlada. Continuaremos, apesar das políticas governamentais, praticando uma rica

cultura aborígene quase em isolamento e em relativa paz, ainda que a luta para manter a cultura sem recursos ou a dependência de recursos externos sempre exista e seja um dos maiores problemas na nossa sobrevivência. Mas a visão não está além de nós, a despeito da narrativa nacional que nos menospreza.

A narrativa repetitiva e a plataforma do *Closing the Gap* se firmaram ainda mais na mente dos australianos e trabalham no intuito de aprofundar a autoconsciência e a autocensura dos aborígenes. Os australianos foram treinados a pensar dessa nova maneira e agora esperam que o povo aborígene redefina seu comportamento de modo a se aproximar da história oficial. Como escolhermos nossos próprios pontos de referência e desenvolvemos essas práticas será uma das histórias mais importantes de nossa época.

REFERÊNCIA

WRIGHT, Alexis. What Happens When You Tell Somebody Else's Story? *Meanjin*, v. 75, n. 4, 2016. Disponível em: <https://meanjin.com.au/essays/what-happens-when-you-tell-somebody-elses-story/>. Acesso em: 21 nov. 2023.

